



RECENSÃO

Dons e Disciplinas do Corpo Feminino, de Inês Brasão, por Rita Ávila Cachado

Análise Social, LIV (3.º), 2019 (n.º 232), pp. 631-634

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2019232.10>

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2019232.10>



BRASÃO, Inês

Dons e Disciplinas do Corpo Feminino,

Porto, Deriva, 2017, 232 pp.

ISBN 9789898701275

Rita Ávila Cachado

Podemos incluir este livro de Inês Brasão em três campos da produção académica sobre o Estado Novo: nos contributos para perceber melhor como operou o fascismo à portuguesa

relativamente às mulheres; no seio da produção histórica sobre o Estado Novo em geral; no nicho disciplinar dos estudos feministas em Portugal. Um quarto campo emerge da leitura de

Dons e Disciplinas do Corpo Feminino, o da divulgação científica.

Recebi este livro na mesma altura em que li dois romances, que, partindo de corpos femininos que vivem na atualidade e que refletem frequentemente sobre a vida das suas mães e avós, nos ajudam a perceber o que terá sido crescer mulher no Estado Novo e chegar ao tempo pós-revolucionário com liberdade no papel e limitações na educação feminina: os livros *A Gorda*, de Isabela Figueiredo, e *Eliete*, de Dulce Maria Cardoso. Trazer estas referências literárias a uma recensão serve também para localizar o livro de Inês Brasão num conjunto de obras que, cumprindo os requisitos académicos, prestam-se a ser lidas “como um romance”, tomando de empréstimo a expressão (e título de obra) de Daniel Pennac. O livro de Inês Brasão não tem ambições literárias, nem os romances referidos pretendem constar nos repositórios académicos, mas tendo em conta que a literatura científica em Portugal raramente tem em vista ser lida por um público alargado, *Dons e Disciplinas do Corpo Feminino* contribui para alargar o leque de leitores não académicos.

Recentemente, Diogo Ramada Curto na crónica “O Estado Novo e o mundo da edição” (Revista E, *Expresso* 11-05-2019), elencou um conjunto de estudos sobre o Estado Novo onde refere em primeiro lugar o livro *Portugal e os Fascismos*, de Fernando Rosas (2019), e na qual o nome de Inês Brasão surge entre outros autores, num parêntesis. Não desvirtuando o artigo de Ramada Curto, nem os autores em boa hora elencados,

diria que o trabalho de Inês Brasão tanto neste livro agora recenseado, como n’*O Tempo das Criadas* (2012), merece devida inscrição na história da literatura sobre o Estado Novo, sobretudo por contribuir para a discussão sobre os limites do fascismo português, ou, dito de outra forma, para a compreensão da dimensão fascista deste regime político.

Inês Brasão balança entre avançar ou pedir licença à literatura de que se socorreu, para designar o Estado Novo como fascista, talvez porque a primeira versão deste livro, um trabalho académico não publicado, tenha 20 anos. Mas a posição fica clara quando se refere ao Estado Novo comparando-o a “outros regimes fascistas”. O carácter conservador que a autora destaca no regime salazarista, mais do que revolucionário, como aconteceu com “outros regimes fascistas”, e a especificidade identitária que contrariou o espaço de liberdade conquistado durante a Primeira República, através por exemplo de uma singularidade no ser católico (almejando a santidade), determinam que o fascismo português não tenha sido tão exuberante e impulsivo como outros. No entanto, ao longo dos anos, impôs a incorporação, na população portuguesa, e sobretudo nas mulheres, de uma forma de estar que bloqueou severamente às mulheres o acesso ao espaço público (urbano) nas suas várias vertentes (formação, trabalho assalariado, lazer).

De resto, o livro tem citações de sobra para lembrar como era antes do 25 de Abril, e sobretudo nos anos de consolidação da ditadura, mas há uma que

reflete o peso incrível que recaía sobre as mulheres portuguesas e não deixa dúvidas sobre o que é, e como se formou em Portugal durante a ditadura, uma “ideologia de género” (p. 53), bem diferente do atual julgamento heteronoemativo sobre os avanços nos direitos sexuais: “O que desejamos é que se imponham pelo seu modo de vestir e pela pureza dos seus costumes, sendo as mais elegantes, mas também as mais corretas; sendo as mais sérias, mas também as mais alegres; sendo as mais virtuosas, mas também as mais atraentes e simpáticas” (*Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina* de 02-06-1939, p. 1, citado por Brasão, 2017, p. 65).

O livro traz-nos assim (i) informação aprofundada sobre o passado recente do país; (ii) análise não hermética; e (iii) fundamentos para as discussões atuais. Parte, sobretudo, do trabalho de análise das publicações da secção feminina da Mocidade Portuguesa, que contém amplas informações sobre a forma como o Estado Novo construiu uma imagem na qual as mulheres portuguesas que cresceram nesse tempo, facilmente se refletem: refreios relativamente a comportamentos em geral e relativamente ao corpo em particular pautaram os objetivos, bem-sucedidos, da moral propagada. Dirigida especificamente às raparigas crescidas, mas ainda não adultas, é vasta a produção analisada por Inês Brasão sobre comportamentos, posturas, atitudes idealizadas e impostas através de um discurso, narrativa mesmo, com astúcia, para modelar a mulher.

Para quem começa por ler o índice e a bibliografia, não se deixe enganar, há uma gralha importante no elenco bibliográfico, Jorge Crespo e a sua *História do Corpo*, mas este é bem recuperado na análise, embora não constitua referência central. O que faria falta na bibliografia e no texto, seria um maior número de referências a trabalhos escritos por mulheres, que permanecem nos repositórios académicos (nem sempre *online*). Contudo, a bibliografia usada no livro é relevante para quem hoje se dedica ao estudo do estigma associado ao corpo e às construções sociais, históricas, económicas e políticas da imagem do corpo.

Tentámos aqui uma recensão, mas a melhor está precisamente na nota da autora, “Vinte anos depois” (pp. 7-11). E o que nos diz? Que este livro não trata só de género, mas também de classe. Que não foi só o Estado Novo em si, mas outras instâncias da sociedade que formaram os dons e disciplinas do corpo feminino. Que este processo não se fez só de adaptação, de “conformidade” (p. 89), mas também de resistência. E mostra a relação com o presente, e como os debates atuais podem beneficiar desta história.

Será útil começar a leitura pela página 100, onde surge um quadro síntese sobre as mulheres e os seus tipos, “legítimos” e “não legítimos”. Nele, por exemplo, temos a “noiva” de um lado e a “flirteadora” do outro, mas é preciso mergulhar nos capítulos para perceber os contornos deste longo processo de categorização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, D.M. (2018), *Eliete*, Lisboa, Tinta-da-China.

CRESPO, J. (1991), *A História do Corpo*, Lisboa, Difel.

CURTO, D.R. (2019), “O Estado Novo e o mundo da edição”. *Revista E, Jornal Expresso*, 11-05-2019, pp. 66-67.

FIGUEIREDO, I. (2017), *A Gorda*, Lisboa, Caminho.

PENNAC, D. (1998 [1992]), *Como um Romance*, Lisboa, Asa.

CACHADO, R.A. (2019), Recensão “*Dons e Disciplinas do Corpo Feminino*, Porto, Deriva, 2017”. *Análise Social*, 232, LIV (3.º), pp. 631-634.

Rita Ávila Cachado » rita.cachado@iscte-iul.pt » CIES-IUL, ISCTE » Edifício ISCTE, Avenida das Forças Armadas — 1649-026 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0003-4715-5686>.
